The Wayback Machine - https://web.archive.org/web/20210523130805/https://piaui.folha.uol.com.br/materia/major-da-co...

EDIÇÃO 176 | MAIO_2021

anais do crime

O MAJOR DA COCAÍNA

Um ex-policial militar domina o tráfico de drogas no Brasil

ALLAN DE ABREU

O ex-major da PM Sérgio Roberto de Carvalho (ao centro) durante julgamento em Campo Grande (MS), em 2011: a Polícia Federal prendeu 45 pessoas da quadrilha do traficante, mas ele escapou CREDITO: JOÃO GARRIGÓ_2011_CAMPO GRANDE NEWS

Ao se encontrarem no aeroporto de Lisboa, vindos do Brasil em voos distintos, Leonardo Marino Gomes dos Santos e Mikhaela Paim Azevedo mal escondiam um do outro os sinais de ansiedade, na manhã de 19 de novembro de 2020. A dupla de policiais federais (ele delegado, ela agente) tinha viajado a Portugal com a missão de prender o ex-major Sérgio Roberto de Carvalho, o maior traficante brasileiro em atividade, desde a prisão em 2017 de Luiz Carlos da Rocha, o Cabeça Branca.

Carvalho havia construído uma poderosa rede multinacional de empresas lastreada no comércio de cocaína – incluindo uma companhia de táxi aéreo em Lisboa e uma *trading* em Dubai –, cuja logística internacional vinha sendo radiografada minuciosamente pela Polícia Federal nos últimos três anos. Policiais portugueses também seguiam os passos de Carvalho havia algumas semanas e tinham pedido a prisão do criminoso por falsidade ideológica, pois ele vinha usando documentos com o nome de Paul Wouter, um surinamês.

Em acordo com a PF, a ideia era encarcerá-lo em Lisboa por esse crime mais leve até o dia 23 de novembro, segunda-feira, quando seria deflagrada a Operação Enterprise para prendê-lo por tráfico de drogas, junto com seus 62 subordinados no Brasil, em Portugal, na Espanha e nos Emirados Árabes Unidos. A Justiça portuguesa, porém, negou o pedido de prisão. Correndo contra o tempo, a Polícia Federal providenciou um pedido de cooperação jurídica internacional para que Carvalho fosse preso com base em um mandado expedido no Brasil. Foi para cumprir essa ordem de prisão que Gomes e Azevedo seguiram rapidamente para Lisboa.

Logo que desembarcaram em Portugal, os policiais receberam a má notícia: Carvalho já não estava no país. Pouco tempo antes da chegada dos agentes, ele havia embarcado em um de seus três aviões

baseados em Lisboa rumo à Ucrânia, a fim de comprar uma aeronave. A PF tinha esperanças de que ele retornasse até domingo, dia 22 de novembro. Mas isso não ocorreu, e na manhã da segunda-feira, Gomes e Azevedo, com seis policiais portugueses e um espanhol, se dirigiram a um dos imóveis de Carvalho, um flat na Avenida da Liberdade, uma das principais da capital portuguesa.

Tocaram a campainha e, como ninguém atendeu, os policiais arrombaram a porta do apartamento. No imóvel vazio encontraram uma máquina de contar dinheiro, duas identidades falsas com a foto de Carvalho – a do alemão Carlos Sola e a do inglês David Evans – e, debaixo de uma pia, a chave de um carro escondida em uma sacola plástica. Na garagem do edifício, o alarme da chave destravou as portas de uma van estacionada em um canto discreto. Dentro do veículo, os policiais depararam com dez malas de dinheiro vivo, que, para ser contado, teve de ser levado a uma agência bancária. Eram tantas notas que somente no início da noite foi apurada a quantia total: 12 milhões de euros. Para a PF, a van era o "kit fuga" de Carvalho. No mesmo dia, a Europol, polícia da Comunidade Europeia, recorreu ao serviço secreto da Ucrânia para tentar localizar e prender o traficante, dispensando o apoio da polícia do país, famosa pelos muitos casos de corrupção.

Era a segunda vez que Carvalho escapava da cadeia na Europa. Em agosto de 2018, com o mesmo nome falso de Paul Wouter, ele havia sido preso em um spa de Marbella, no Sul da Espanha, acusado de coordenar o transporte de um barco vindo do Suriname com 1,7 tonelada de cocaína. Foi solto quatro meses depois, após pagar fiança de 200 mil euros, e aguardou o julgamento em liberdade. Em agosto do ano passado, quando estava prestes a ser julgado, seu advogado apresentou ao juiz uma certidão de óbito assinada por um médico de Marbella. O documento informava que Wouter havia morrido, vítima de infarto. O advogado também informou que o corpo de seu cliente já havia sido cremado.

Somente três meses depois, com a deflagração da Operação Enterprise, a polícia espanhola se deu conta que Wouter continuava bem vivo – na pele do Major Carvalho, um homem corpulento de 63 anos, de cabelos já grisalhos, cuja vida luxuosa na Europa contrastava em tudo com o seu passado modesto no interior do Brasil.

Filho de um comerciante e de uma dona de casa, Carvalho nasceu no Norte do Paraná e cresceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para onde seus pais se mudaram com os seis filhos. Em 1980, ingressou na PM como cadete e, dois anos mais tarde, passou a segundo-tenente, após concluir o curso de oficiais na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, em São Paulo. Foi designado chefe do batalhão de Amambai, na fronteira com o Paraguai, onde se aproximou do contrabandista Fahd Jamil Georges e deu início à sua carreira criminal.

Em novembro de 1987, a PF flagrou três soldados do batalhão sob o comando de Carvalho transportando do Paraguai para o Brasil 1,4 mil pneus em um caminhão. O chefe do batalhão estava num carro alguns quilômetros à frente, fazendo as vezes de "batedor" (cuja função é alertar o veículo que vem atrás sobre a presença de barreiras policiais na estrada), e conseguiu fugir do flagrante. Pelo rádio do seu carro, chegou a oferecer propina a um dos agentes da pf para liberar a carga. Em vão. Foi denunciado por contrabando, mas a pena acabou prescrita.

Dois anos depois, Carvalho foi flagrado pela PF na região de Ponta Porã (MS), em um avião carregado com uísque contrabandeado. O piloto, Silvio Berri Júnior, filho de um ex-prefeito de Amambai (MS), foi condenado a dois anos de prisão. Carvalho acabou absolvido e ainda deu um passo além na carreira: foi promovido a major no início dos anos 1990.

Ao passar para a reserva, em 1996, o policial militar já havia trocado o contrabando pelo tráfico de cocaína, negócio bem mais rentável. Em dois aviões, ele transportava a droga da Colômbia e da Bolívia até o interior paulista, utilizando como entreposto uma fazenda que comprara no Norte de Mato Grosso do Sul. Para lavar o dinheiro do tráfico, abriu uma transportadora e adquiriu um posto de combustível, o Rojam ("major" ao contrário).

A PF em Campo Grande vinha investigando desde 1994 o novo esquema de Carvalho, mas o ex-major sabia como escapar de qualquer investigação. Nunca se comunicava por telefone e só falava pessoalmente ou por rádio, em frequências que se alternavam. Mesmo por rádio, recorria a códigos para informar as coordenadas das pistas aos seus pilotos. A apuração policial só evoluiu quando agentes federais abordaram um dos pilotos de Carvalho no aeroporto de Ladário, na fronteira com a Bolívia, e anotaram de um aparelho de GPS as coordenadas das pistas utilizadas para o tráfico.

Em novembro de 1997, três policiais escondidos em uma mata metralharam o motor de um avião que havia acabado de pousar na fazenda de Carvalho e renderam o piloto e dois funcionários da propriedade. Na aeronave foram encontrados 237 kg da droga, em sacos com a inscrição "Indústria Boliviana". Carvalho conseguiu fugir, mas acabou preso oito dias depois, no Guarujá, litoral paulista. Foi condenado a oito anos de prisão pelos crimes de tráfico internacional de drogas e associação para o tráfico, pena que ele passou a cumprir no 1º Batalhão da Polícia Militar em Campo Grande.

Numa vistoria à cela de Carvalho, em 1999, a corregedoria da PM encontrou 180 mil dólares e 27 mil reais em espécie, escondidos debaixo do colchão, além de um aparelho de fax, um celular e um GPS. O flagrante rendeu ao ex-major mais cinco anos de pena por lavagem de dinheiro. Beneficiado, entretanto, por progressões no

regime de cumprimento da pena, Carvalho deixou a prisão no início dos anos 2000, decidido a diversificar a sua atividade criminosa.

Sob a vista grossa de alguns policiais civis que ele corrompia, criou uma rede de distribuição de máquinas caça-níqueis em Campo Grande, o que o levou à prisão outra vez, em 2007. Meses depois, estava de volta às ruas, absolvido das acusações de formação de quadrilha, contrabando e corrupção ativa. Em 2010, foi acusado de desviar 3,9 milhões de reais de um inventário com a ajuda de uma juíza do interior de Mato Grosso do Sul que, tempos depois, perderia o cargo. A capacidade do traficante de se safar das grades era equivalente ao esforço da polícia para prendê-lo.

Por causa dos sucessivos crimes, Carvalho teve a aposentadoria como policial militar suspensa em 2010. Ele recorreu da sentença e, em 2016, conseguiu reaver na Justiça o benefício de 9,5 mil reais mensais. Nesse mesmo ano desapareceu de Campo Grande e, segundo a Polícia Federal, começou a montar a logística internacional do seu tráfico de drogas. Apenas em 2018, Carvalho foi expulso da PM e perdeu a aposentadoria. Àquela altura, já havia se divorciado da primeira mulher, uma advogada, com quem teve um casal de filhos, e se casado com uma jovem brasileira radicada na Espanha.

Na madrugada de 2 de março passado, auditores da Receita Federal flagraram, por meio de um scanner, volumes suspeitos dentro de um contêiner no Porto de Paranaguá, no Paraná, o segundo maior do país em tamanho e em volume de apreensões de drogas, depois do de Santos. Ao abrirem o contêiner, os auditores descobriram que junto da carga com sacos de ossos, casco e chifre de boi moídos, destinados à Itália, havia quatro mochilas com 111,5 kg de cocaína prensada em tijolos de 1 kg.

A **piauí** acompanhou no mesmo dia o trabalho do grupo, formado por apenas quatro servidores da Receita, que se desdobram na caça por drogas escondidas nos cerca de 1,5 mil contêineres que todos os dias são empilhados, feito legos gigantes, no porto. A equipe conta com o auxílio valioso de um scanner operado por uma empresa terceirizada que, desde 2016, varre todos os volumes e de mais de quatrocentas câmeras de monitoramento espalhadas pelas "ruas" do porto, como são chamados os corredores entre os contêineres.

Os flagrantes de cocaína são rotineiros no local, contou o auditor fiscal Carlos Samways, chefe da sessão de vigilância aduaneira em Paranaguá, e cresceram enormemente nos últimos anos. O volume da droga apreendido no terminal passou de 557 kg em 2016 para 21,5 toneladas em 2019 e 7,4 toneladas no ano passado, aumento que se deve, em grande parte, ao avanço da investigação – iniciada em 2017 – sobre a logística criada por Carvalho para inundar a Europa de pó.

Em setembro de 2017, os auditores do porto estranharam o despacho de duas manilhas de PVC – cada uma com 1 metro de diâmetro – para Antuérpia, na Bélgica, já que o produto é facilmente encontrado na Europa. Ao passarem o contêiner com as manilhas pelo scanner, notaram um volume suspeito. As tubulações foram retiradas para que se abrisse a base do contêiner, onde os auditores encontraram 780 kg de cocaína embalados em tijolos de 1 kg cada. Imediatamente, um deles ligou para o agente Marcio Luís Rebello, um dos integrantes do Gise (Grupo de Investigações Sensíveis), núcleo de inteligência antidrogas da Polícia Federal em Curitiba.

Nascido no Rio de Janeiro e radicado há trinta anos no Paraná, Rebello tem 49 anos e é famoso na Polícia Federal por ser *workaholic* e muito metódico. Costuma enviar mensagens por celular para os

colegas no meio da madrugada, alertando-os sobre a iminência de algum flagrante, e com frequência passa os fins de semana no núcleo de inteligência da PF em Curitiba, pois, segundo ele, o silêncio o ajuda a se concentrar no trabalho.

Algum tempo antes da apreensão feita pelos auditores, Rebello havia descoberto, também no Porto de Paranaguá, quatro exportações de manilhas, todas por uma *trading* (empresa que facilita o processo de importação e exportação de mercadorias) chamada Excelsior. A empresa fornecedora dos tubos foi questionada pela PF e disse que um homem fizera a encomenda e o pagamento em nome de uma empresa de Paranaguá. Os policiais descobriram que o dono desta empresa era um eletricista e encanador a serviço do ex-pastor evangélico Ermeson Pereira e do enteado dele, Luiz Carlos Bonzato Sgarioni, o Luka. A conclusão foi óbvia: a empresa em nome de um testa de ferro era usada por Pereira para exportar a cocaína nas manilhas.

Treze dias após os auditores flagrarem a droga nas duas tubulações, o importador da carga na Bélgica foi assassinado com cinco tiros de fuzil no interior da Holanda, provavelmente em retaliação à perda da cocaína no Brasil. Um inquérito foi instaurado pela PF de Curitiba. Fã de *Jornada nas Estrelas*, Rebello logo associou o nome Excelsior ao de uma nave da série e resolveu batizar a operação policial de Enterprise, a principal embarcação espacial da ficção científica.

Em outubro e novembro de 2017 chegaram à superintendência da PF em Curitiba dois e-mails apontando mais pessoas como responsáveis pela exportação da cocaína nas manilhas, entre elas, Marcio Luiz Cristo, funcionário do terminal de contêineres de Paranaguá até 2015. Meses depois, a pessoa que enviara o e-mail foi assassinada, em circunstâncias ainda não esclarecidas. A PF descobriu que Cristo, cujo salário pelo trabalho no porto era de 2 mil reais mensais, em cinco anos havia acumulado um patrimônio de 16,8 milhões de reais.

As primeiras provas concretas da investigação da Enterprise só apareceram, por acaso, em 2018. Em janeiro, o dono de um guincho de Ibaiti (PR) procurou a Polícia Militar porque desconfiou de dois homens que haviam pedido que ele rebocasse um caminhão quebrado até Paranaguá. Era uma distância incomum para transportar um veículo por guincho, pois Paranaguá fica a 400 km de distância de Ibaiti. Os policiais vistoriaram o caminhão e encontraram 275 kg de cocaína em um fundo falso na carroceria. Ao pesquisar nos registros feitos nas rodovias pelas câmeras do Sinivem (Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento), Rebello constatou que o caminhão havia feito dezenas de viagens entre São Paulo e Curitiba, sempre acompanhado de carros "batedores" registrados em nome da família do ex-pastor.

Em 12 de fevereiro, agentes receberam do Sinivem a notificação de que um daqueles carros saíra de São Paulo rumo a Curitiba. A PF acionou um posto da Polícia Rodoviária Federal na Rodovia Régis Bittencourt, solicitando que parassem o carro e identificassem os seus ocupantes. Um deles era Ermeson Pereira. No banco traseiro do automóvel, havia dezenas de bolsas iguais às utilizadas para colocar a cocaína nos contêineres. A Justiça autorizou a quebra dos sigilos telefônicos e de dados eletrônicos, incluindo e-mails de Pereira e de outros investigados. A PF deduziu que Pereira e Sgarioni eram subordinados diretos de Cristo, o líder do grupo.

Às dez da noite do dia 29 de março, agentes da PF acompanharam a distância o ex-pastor e mais dois homens retirarem quinze grandes pacotes de um barracão em Paranaguá e colocarem na boleia de um caminhão vazio que iria carregar um contêiner no porto.

Até a instalação do scanner no terminal, em 2016, os traficantes, valendo-se de informações fornecidas por funcionários corrompidos do porto, desviavam a rota dos caminhões com os contêineres que interessavam ao esquema, rompiam o lacre dos recipientes,

escondiam a droga dentro deles e os fechavam novamente com lacre clonado, tudo isso antes do ingresso no porto. Uma vez na Europa, outro grupo fazia o processo inverso – método que a Polícia Federal chamou de *rip on/rip off*. Com a introdução do scanner, os criminosos passaram a introduzir a droga nos contêineres já vistoriados pelo equipamento: um caminhoneiro entra no pátio do porto para deixar ou pegar uma carga, sempre à noite, desvia-se do seu trajeto e vai até o contêiner conferido previamente pelo scanner, rompe o lacre, abre o recipiente e insere a droga.

Assim foi feito naquela noite de 29 de março de 2018, numa ação que as câmeras do porto gravaram do início ao fim. No dia seguinte, os contêineres dos quais o caminhoneiro se aproximara foram encaminhados novamente para o scanner. Em um deles, os fiscais da Receita encontraram, em pacotes envoltos com plástico preto, um total de 834 kg de cocaína. Depois de ser avisado da apreensão por um funcionário do porto integrante da quadrilha, Pereira disse a um subordinado, em linguagem cifrada: "Aquela caixa de sapatos lá, sabe? Parece que não deu muito certo o sapato."

A PF calcula que, antes dessa apreensão, entre outubro de 2017 e fevereiro de 2018, pelo menos doze carregamentos de cocaína foram embarcados pelo grupo de Cristo. Dois deles, totalizando 2,83 toneladas da droga, acabaram flagrados pela polícia na Bélgica. Em reação, os traficantes passaram a ameaçar o supervisor da segurança do Porto de Paranaguá, suspeitando que fosse ele o informante do núcleo de repressão da Receita. "Cê tá dando muito prejuízo. Muito. Entendeu?", afirmou um integrante do grupo de Cristo ao supervisor, em ligação interceptada pela PF. "Some desse scanner aí, cara, […] que isso aí vai trazer a morte pra você, entendeu? […] Hoje eu tô só ligando pra te orientar. Se você achar que deve, por bem, fazer isso, vai ser bom pra tua saúde, pra tua família."

Cioso em não deixar rastros no mundo virtual, o ex-major Carvalho só se comunicava por meio de aplicativos fortemente criptografados. Mas deixou um flanco aberto, em um e-mail. Dez dias depois da apreensão dos 834 kg de cocaína em Paranaguá, em 10 de abril de 2018, Reginaldo Bergamaski, um subordinado de Cristo, passou a telefonar para imobiliárias em busca de um barracão para alugar na capital paranaense, dizendo que o imóvel receberia máquinas agrícolas para serem exportadas pelo porto. A um corretor, Bergamaski propôs o pagamento de 33 mil reais mensais, em um único depósito bancário, por um galpão em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. O locador, porém, preferiu parcelar os pagamentos, para evitar suspeitas, e disse: "Sabe que o banco, quando é uma operação um pouco grande assim, eles querem saber o que é […] Se quiser por 10 [*mil reais*] hoje, pra repartir, pra ficar menos, pra não ter muita desconfiança… Se é algum traficante de drogas…"

Bergamaski caiu na gargalhada. Negócio fechado, o corretor informou o e-mail para onde deveria ser enviado o contrato de locação – e o agente Rebello solicitou à Justiça a quebra do sigilo do endereço eletrônico. Em 3 de abril, Bergamaski recebeu, do endereço pwtdubai@gmail.com, dois e-mails com documentos das locatárias do barracão: a empresa Alves Embarcações, com sede no interior paulista, e sua proprietária (posteriormente, a PF concluiria que a empresa era de fachada e a dona, uma pessoa inexistente). Rebello notou que a documentação fora encaminhada pelo endereço eletrônico ventaniamaquinas@gmail.com.

Ao investigar a conta pwtdubai@gmail.com, três mensagens chamaram a atenção de Rebello. A primeira trazia a foto de um homem forte de cabelos grisalhos, lábios finos e as sobrancelhas levemente retesadas. A segunda continha uma reserva de passagens aéreas de Lisboa para Vigo, na Espanha, em nome de Paul Wouter. Na terceira havia uma guia da Receita Federal para pagamento de

imposto no Brasil em nome de Sérgio Roberto de Carvalho. Rebello não demorou a deduzir: major Carvalho, o velho conhecido da PF, era o homem por trás dos 834 kg de cocaína apreendidos em Paranaguá e o *capo* da poderosa quadrilha da qual faziam parte o ex-pastor Ermeson Pereira e o ex-funcionário do porto Marcio Luiz Cristo.

O barracão alugado em São José dos Pinhais passou a ser vigiado por equipes da Polícia Federal. Na noite de 26 de abril, o grupo de Cristo descarregou no imóvel uma escavadeira. Uma semana depois, Pereira e um jovem levaram para o galpão a cocaína que seria ocultada na máquina. Somente em 11 de junho a escavadeira foi colocada em um caminhão e seguiu para Paranaguá, onde seria exportada para a Antuérpia, junto com uma pá carregadeira. Um mês depois, enquanto as máquinas ainda esperavam para ser embarcadas, os fiscais da Receita encontraram 880 kg de cocaína escondidos no braço da escavadeira. A pá carregadeira não continha droga alguma e servia apenas para despistar a fiscalização.

Quando a cocaína foi apreendida, Pereira e o subordinado que levaram a droga a São José dos Pinhais já não estavam vivos. Haviam sido mortos possivelmente a mando de Cristo, segundo a PF, porque o ex-pastor andara questionando a forma de divisão dos lucros obtidos com a exportação da cocaína. Para dificultar novas apreensões de seus carregamentos, Cristo ordenou que dois caminhoneiros – um com a droga, outro, sem – ingressassem ao mesmo tempo no terminal ou que os motoristas inserissem a cocaína nos contêineres pouco tempo antes do embarque nos navios, o que levou com que muitas apreensões passassem a ocorrer no Porto de Santos, onde as embarcações costumam fazer escala antes de seguir para a África ou a Europa. Outra estratégia da quadrilha foi inserir as bolsas com cocaína nos porta-malas dos automóveis exportados via Paranaguá – em junho de 2019, mais de 1 tonelada da droga foi encontrada pela polícia de Angola e do Senegal em carros oriundos

do porto paranaense.

A quadrilha também tentou burlar o scanner: em maio de 2018, um caminhão do grupo entrou no Porto de Paranaguá com um contêiner frigorífico carregado com miúdos de frango congelado. O aparelho não detectou nada suspeito na carga, mas Rebello e os agentes da PF solicitaram aos fiscais da Receita que abrissem o compartimento. Por se tratar de produto perecível, o procedimento, feito em câmara fria dentro do terminal, é o menos invasivo possível para não comprometer toda a carga. Talvez por isso, nenhuma droga foi encontrada, e o contêiner seguiu para a Europa. Somente no porto de Antuérpia a fiscalização encontrou, ao utilizar um scanner mais potente, 300 kg da droga no meio de dois paletes no contêiner.

Com as seguidas perdas da droga, Cristo apostou suas fichas na "pescaria" – mochilas com cocaína eram içadas de pequenos botes para dentro de navios por marinheiros cooptados pela quadrilha. A sorte, no entanto, parecia ter abandonado os traficantes. Em 20 de julho do mesmo ano, a PM, com a ajuda de agentes da PF, apreendeu 3,3 toneladas de cocaína escondidas no sótão de uma marina em Guaratuba, a cerca de 60 km de Paranaguá, onde havia também cinco botes apropriados para a "pescaria". A maioria dos tabletes continha na embalagem as logomarcas do Real Madrid, clube de futebol espanhol, e da grife Louis Vuitton – uma exigência de Carvalho aos fornecedores colombianos da cocaína. Sobre uma mesa na marina, o agente Rebello encontrou o contrato de locação do imóvel em Guaratuba, novamente em nome da Alves Embarcações.

Bergamaski, o subordinado de Cristo, acabou assassinado em 2019 por um grupo de extermínio formado por policiais militares. Ainda não se sabe por que motivo. Cristo e Sgarioni foram denunciados à Justiça pelo Ministério Público Federal pelos crimes de tráfico internacional de drogas, associação para o tráfico e organização criminosa. Os advogados de Cristo disseram que "a inocência" dele

“será provada nos autos”. Procurado pela **piauí**, o advogado de defesa de Sgarioni não se quis se manifestar.

Logo depois de vasculhar a conta pwtdubai@gmail.com e identificar Carvalho, o agente Rebello voltou as atenções para o outro endereço que constava no e-mail. Na conta ventaniamaquinas@gmail.com, chamou a atenção do policial uma mensagem subscrita por “Milton Costantino”. Ele encontrou a foto de um jovem de pele morena, olhos miúdos e rosto alongado, que uma pesquisa identificou como Milton Costantino da Silva.

Militar reformado, dono de uma fábrica de geradores de energia em São José do Rio Preto (SP), Silva fora condenado, em 2011, a onze anos de prisão por formação de quadrilha, falsificação de documento público e receptação. Três anos depois, entretanto, a pena foi prescrita. Com a ficha limpa, ele criou para si uma imagem de empreendedor e chegou a receber, em 2013, o título de comendador dado pela Câmara de Vereadores de São José do Rio Preto. A Polícia Federal calcula que o patrimônio atual de Silva seja de 67,5 milhões de reais e não tem dúvidas de que parte desses bens tem origem no tráfico de cocaína.

Vasculhando a caixa de e-mails de Silva, Rebello encontrou uma mensagem de abril de 2018 em que o empresário demonstra intimidade com o ex-major Carvalho: “Chefe, por favor, troca seu número e adiciona meu novo número […] assim que pegar esse número, exclui esse e-mail e exclui da lixeira também. Abraços.” Cabia a Silva abrir empresas de fachada em nome de testas de ferro para registrar os bens de Carvalho. Dessa forma, adquiriu dezessete aviões e duas fazendas – uma no Norte de Mato Grosso, outra no noroeste do Pará – que serviam como entreposto para os carregamentos de cocaína vindos da Colômbia e da Bolívia.

O recrutamento de pilotos e a coordenação dos voos (sempre partindo do aeroporto de São José do Rio Preto) ficava a cargo de Silvio Berri Júnior, o parceiro dos primeiros crimes de contrabando de Carvalho, nos anos 1980. Antes de reencontrar o ex-major, Berri Júnior trabalhou para o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, e estava a serviço dele quando foi preso em 1999, após pousar um Cessna 210 carregado com 155 kg de cocaína em um canavial do interior paulista. Entre os agentes da PF que participaram do flagrante estava Edson Rosa, 56 anos, policial experiente, com quase três décadas na profissão, que foi convidado a auxiliar nas investigações da Enterprise.

Enquanto Rosa acompanhava de perto as atividades do piloto Berri Júnior, Rebello, em Curitiba, analisava os planos de voos e as antenas de celular utilizadas pelos integrantes da quadrilha nos deslocamentos por rodovias. Seu objetivo era traçar toda a complexa logística do tráfico de Carvalho, que funcionava assim: depois de ser trazida para o Brasil por aviões, a droga era descarregada nas duas fazendas do traficante em Mato Grosso e no Pará e levada em novos voos para o interior paulista, onde era despejada em pistas clandestinas, no meio de canaviais. Era então transportada em automóveis ou caminhões diretamente para o Porto de Paranaguá ou para galpões na capital paulista ou chácaras em Arujá e Santa Isabel, na Região Metropolitana de São Paulo, de onde seguiam para os portos de Santos e Paranaguá.

As derradeiras imagens de Carvalho captadas no Brasil datam de junho de 2018. No dia 7, ele aterrissou no aeroporto de São José do Rio Preto, na companhia de Marcello Maghenzani, seu braço-direito, e após se reunir com Berri Júnior, seguiu para Belém. Em seguida, foi para Campo Grande e as câmaras do hotel onde se hospedou registraram sua presença. Dias depois, o *capo* embarcou em um voo comercial em Belém, rumo a Lisboa, onde se estabeleceu. Dois meses mais tarde, foi preso em Marbella, na Espanha, com o nome falso de

Paul Wouter.

No Brasil, além de coordenar os aviões de Carvalho e abrir empresas de fachada, Silvio Berri Júnior e Milton Costantino da Silva cuidavam da exportação da cocaína pelo Porto de Santos. Assim como o ex-major, eles só se comunicavam por aplicativos e telefones satelitais à prova de grampos. Por isso, a Justiça autorizou a PF a colocar um aparelho de escuta ambiental no carro de Berri Júnior, o que foi feito em 11 de março de 2019. Na intercepção, que durou três dias, o piloto de avião cita mais de uma vez o "patrão" (Carvalho) e o "dono dos porcos" (fornecedores colombianos).

Sobre Silva, por sua vez, pesa a suspeita da PF de que ele tenha se encontrado em São Paulo com Shurendy Adelson Quant, um dos principais compradores de cocaína de Carvalho na Europa e um dos líderes da facção criminosa No Limit Soldiers (Soldados sem limites), que, além do tráfico da droga, faz assassinatos por encomenda no Caribe (o grupo é acusado de matar, inclusive, um deputado de Curaçao). Casado com uma ex-miss da República Dominicana, Quant leva uma vida de ostentação, inclusive quando está de passagem pelo Brasil. A PF encontrou nos e-mails do traficante caribenho uma mensagem escrita em papiamento, língua nativa de Curaçao, com a expressão "o que dar ao homem velho". Para os policiais, ele se refere a Carvalho.

Após o encontro, Silva passou a cuidar, por meio de uma de suas empresas de fachada, da exportação da carga lícita onde a cocaína era escondida. Em uma dessas cargas, a droga foi oculta entre 18 toneladas de lâminas de cobre, com destino ao Porto de Hamburgo, onde seria resgatada por Maghenzani, segundo a PF. Em um galpão da periferia de São José do Rio Preto, a cocaína foi meticulosamente escondida pelos colombianos dentro das cânulas dos paletes,

revestidas com chumbo para evitar a detecção pelo scanner no Porto de Santos. Apesar do cuidado, o carregamento acabou apreendido no dia 15 de novembro de 2018 pelos fiscais da Receita Federal no terminal portuário.

A extrema discrição de Silva não impediu que policiais civis farejassem os seus esquemas criminosos. Em uma investigação antitráfico no aeroporto de Americana (SP), em outubro de 2018, o delegado Luís Carlos Gazarini chegou até um avião suspeito de uma empresa registrada em nome da empregada doméstica de Silva e viajou a São José do Rio Preto para apurar melhor o caso. Na primeira conversa telefônica com o delegado, Silva afirmou que a empresa já havia sido vendida. "Não é tão simples", respondeu Gazarini, "porque tem um monte de coisa envolvendo essa empresa. […] Tem tráfico internacional de drogas, […] na verdade já era para eu ter vindo com um mandado de prisão [*da empregada*] na mão." Logo após, o delegado reuniu-se com Silva e ouviu formalmente a empregada doméstica.

Mais tarde, a empregada contou à Polícia Federal que, antes mesmo de iniciar o depoimento, Gazarini olhou bem nos olhos dela e disse: "Você perdeu os seus documentos em Santa Bárbara [*d'Oeste, no interior de São Paulo*]." Constrangida, a mulher virou-se para Silva, e o empresário consentiu com a cabeça. O delegado continuou: "Vai demorar uns dias pra retirar a empresa do seu nome, mas você não vai mais ter problemas com a polícia." De fato, quando relatou sobre o inquérito à Justiça, ele não mencionou nem a empregada, nem Silva e viajou a São José do Rio Preto para apurar melhor o caso. Por causa dessa operação, Gazarini foi homenageado pelo governador João Doria com o certificado de Policial Nota 10. Ao ser indagado pela **piauí** sobre os motivos que o levaram a não indiciar nem Silva nem a empregada, Gazarini, atualmente aposentado, não quis responder.

Em maio de 2019, o grupo de Carvalho voltou a ter problemas com a

polícia, depois que policiais civis até hoje não identificados desviaram 245 kg dos cerca de 300 kg de cocaína do ex-major apreendidos em uma van no interior paulista. Semanas mais tarde, os agentes do Gise de Curitiba encontraram nos arquivos do celular de um dos homens da quadrilha a imagem de uma conversa mantida entre Carvalho e Cristo: "Quebrou", escreveu o *capo*, recorrendo a uma gíria para comunicar a apreensão. "Se te ligarem, não atenda. Troca aparelho e número e me chame de um novo. Estão todos sendo ouvidos."

Outro núcleo logístico de Carvalho foi desbaratado pela Polícia Federal em 2018. Liderado por José Alberto de Carvalho Pereira, o Zé Lambão, então presidente da Câmara de Vereadores de Campo Formoso (BA), o grupo recebia os carregamentos de cocaína por aviões vindos da fazenda de Carvalho no Pará, que pousavam em uma pista clandestina daquela cidade no interior baiano. A droga recebida era exportada, em meio a cargas de frutas, no Porto de Natal (RN), onde não há scanner para fiscalizar os contêineres. Em novembro de 2018, foram apreendidas 2,3 toneladas de cocaína no Porto de Roterdã, nos Países Baixos; naquele mesmo mês, 5,5 toneladas foram descobertas em um caminhão na Bahia e em dois galpões mantidos pelo bando em Petrolina (PE) e Parnamirim (RN). Parte da droga estava embalada a vácuo e misturada com mostarda, para enganar cães farejadores nos portos.

A PF também descobriu que cabia ao moçambicano Abdullah Buanamade, outro subordinado direto de Carvalho, cuidar do despacho aduaneiro do esquema e ciceronear o *capo* nas viagens pela África. Carvalho chegou a participar da Primeira Conferência Econômica do Mercado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Moçambique, na capital Maputo, como "representante de negócios da Guiné" – a PF encontrou registros de dezenas de viagens internacionais dele com passaportes diplomáticos

emitidos pelo governo guineense.

No celular de Buanamade, Rebello deparou com fotos de sacos com ouro feitas em Nairóbi, no Quênia, contendo o nome do moçambicano e o de Mr. Paul (o nome falso de Carvalho). O agente encontrou ainda um trecho de conversa por WhatsApp entre Buanamade e Carvalho, travada em novembro de 2017, em que os dois tratam da exportação, pelo Porto do Recife, de seis contêineres com mangas para a Espanha e de um carregamento de sal para a Croácia, pelo Porto de Natal. No meio da conversa, Carvalho se irrita quando o moçambicano demora a respondê-lo: "Liga essa merda desses seus telefones. Tô cansado dessa sua irresponsabilidade no trato com os negócios e com os compromissos."

Buanamade também cuidava diretamente dos preparativos do transporte de cocaína para a Europa em barcos pesqueiros. Em abril de 2018, Yslanda Maria Alves Barros, amiga de infância de Carvalho que se tornara sua secretária-executiva, adquiriu em Natal quatro barcos, em nome da Alves Embarcações, a empresa de fachada criada por Milton Costantino da Silva. Em fevereiro do ano seguinte, um dos barcos, batizado de *Wood* e com o dístico "O nosso crescimento vem de Deus" pintado no convés, foi levado para Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife. Enquanto isso, um caminhão com cocaína escondida em um fundo falso deixou São Paulo, rumo a Belém, onde o carregaram com polpa de açaí. Em seguida, o veículo partiu para Jaboatão dos Guararapes.

Em 2 de maio de 2019, horas antes de zarpar no *Wood*, um dos tripulantes informou por telefone um número cifrado: "Onze puro." Rebello suspeitou se tratar de uma coordenada geográfica, a latitude 11º. Desenhando uma linha reta no mapa entre Recife e Portugal, o agente encontrou a coordenada aproximada por onde o barco passaria e avisou o Centro de Análises e Operações Marítimas – Narcóticos (Maoc-N, na sigla em inglês), serviço de inteligência

antitráfico formado por sete países da Europa Ocidental, com sede em Lisboa.

Na madrugada de 22 de maio, dois navios do Maoc-N cercaram o *Wood* no meio do oceano, próximo à coordenada informada por Rebello. Sete tripulantes foram rendidos. O barco foi escoltado até Lisboa, onde os agentes encontraram 1,1 tonelada de cocaína embalada em sacos de polpa de açaí. Um dos detidos declarou ao Maoc-N que a droga fora arremessada no mar por helicóptero, de uma altura de 20 metros, em um ponto a cerca de 90 km da costa pernambucana. Segundo ele, a cocaína seria entregue em Cabo Verde e seguiria em outro barco até o litoral português.

Devido ao flagrante no Atlântico, entre outros, o moçambicano Buanamade é réu em ação penal por tráfico internacional de drogas, associação para o tráfico e organização criminosa. Carvalho Pereira, o vereador baiano, responde pelos dois últimos delitos. A defesa de Buanamade disse à **piauí** não haver provas do envolvimento dele com Carvalho. Já os advogados de Pereira não se manifestaram.

A Operação Enterprise apurou que Carvalho reuniu uma pequena fortuna em imóveis e aviões, a maioria adquirida em 2018. Na Europa, é dono de uma casa em Málaga, no Sul da Espanha, adquirida por 2 milhões de euros, e de dois apartamentos em Lisboa, pelos quais pagou em espécie 2,6 milhões de euros. No Brasil, possuiu um apartamento no condomínio Parque da Cidade, situado numa área nobre de São Paulo e adquirido por 5,1 milhões de reais em nome de uma empresa de fachada; uma casa em Araraquara (SP), estimada em 1,2 milhão de reais; e três fazendas – em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará –, avaliadas em 8,5 milhões de reais. Essa lista não inclui os investimentos do *capo* em Dubai e na África.

Um ex-doleiro de São Paulo, Itelvino Donizete de Oliveira, era quem cuidava da maior parte dos esquemas de lavagem de dinheiro de Carvalho. Por intermédio dele, o traficante investiu 20 milhões de reais na loja Fatto a Mano, de roupas importadas da China, e em restaurantes no Jardim Paulista e na Vila Nova Conceição, áreas nobres de São Paulo. Diferentemente dos demais integrantes do grupo, o ex-doleiro era pouco cuidadoso em suas conversas por telefone: citava abertamente o nome de Carvalho, dizia que "seu sócio" morava em Dubai e ignorava os tradicionais eufemismos do mundo do crime. Em diálogo com um sobrinho, chegou a contar que estava buscando empresas para investir o dinheiro sujo. "A ideia, inclusive, é ir pra dentro, seja com o percentual que for, e começar a fazer umas operações de bancar operações diretas, desburocratizado. É pra lavar mesmo", afirmou.

Para tanto, valiam até mesmo as moedas digitais, cada vez mais utilizadas para ocultar dinheiro de origem ilegal. Em maio de 2018, Barros, a secretária-executiva de Carvalho, cujo marido é especialista nessa área, recebeu um e-mail com uma relação de criptomoedas, acompanhada do respectivo valor: um total de 41,1 milhões de reais.

Em março do ano passado, o agente Rebello apresentou ao delegado Sérgio Luís Stinglin de Oliveira, coordenador da Enterprise, o relatório final com todas as informações coletadas sobre Carvalho e sua quadrilha ao longo de quase dois anos de investigação. O documento, dividido em três partes, tinha um total de 10,2 mil páginas. Devido à complexidade da operação, o juiz Ricardo Rachid de Oliveira, da 14ª Vara Federal de Curitiba, precisou de oito meses para analisar os papéis e conceder os mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão.

A Operação Enterprise foi deflagrada na manhã de 23 de novembro

de 2020, quatro dias depois da chegada dos dois agentes em Lisboa, com o objetivo de prender Carvalho e 62 pessoas de sua quadrilha no Brasil, em Portugal, na Espanha e nos Emirados Árabes Unidos. Foram feitas 45 prisões. Em Dubai, terminaram detidos o traficante caribenho Shurendy Adelson Quant e o braço direito de Carvalho, Marcello Maghenzani. No Brasil, o piloto Silvio Berri Júnior, o ex-militar Milton Costantino da Silva e a secretária Yslanda Maria Alves Barros.

Em março passado, Silva foi denunciado pelos procuradores federais da Enterprise por tráfico internacional de drogas, associação para o tráfico e organização criminosa. Quant responde a ação penal por organização criminosa, e Berri Júnior, por associação para o tráfico. Maghenzani foi denunciado por tráfico internacional de drogas, associação para o tráfico e organização criminosa; Barros, pelos últimos dois crimes. O ex-doleiro Itelvino Donizete de Oliveira foi acusado de organização criminosa.

À **piauí**, o advogado de Silva disse que seu cliente foi procurado por subordinados de Carvalho por ter experiência em exportação e que desconhecia a atividade do ex-major como traficante de drogas. Informou ainda que o patrimônio de Silva tem origem lícita e provém do comércio de geradores elétricos. A defesa de Barros afirmou que sua cliente "é pessoa idônea e nunca se envolveu em qualquer tipo de atividade ilícita em toda a sua vida". Procurados pela revista, os advogados de Berri Júnior e Oliveira não quiseram se manifestar a respeito das acusações. Os advogados de Maghenzani e Quant não foram localizados.

Até o fim de abril, treze pessoas estavam foragidas, inclusive Carvalho, que até então nem sequer nomeara advogado para se defender das denúncias de tráfico internacional de drogas, associação para o tráfico e organização criminosa. Apesar de ter perdido boa parte de sua logística no Brasil, Carvalho continua ativo no mercado

da cocaína, segundo a PF. “Temos informações seguras de que ele segue no tráfico internacional”, disse o delegado Oliveira, coordenador da Enterprise. A caçada ao major que se converteu no principal traficante brasileiro continua.